

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

**LOURIVAL MATCHUA SOUZA**

**A LUTA PELA AUTO-GESTÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE  
INDÍGENA NO MATO GROSSO DO SUL.**

**JARDIM/MS  
2019**

**LOURIVAL MATCHUA SOUZA**

**A LUTA PELA AUTO-GESTÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE  
INDÍGENA NO MATO GROSSO DO SUL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Geografia da  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul,  
Unidade Universitária de Jardim, como  
pré-requisito para obtenção do grau de Licenciado  
em Geografia.

**JARDIM/MS**

**2019**

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação

UEMS - Jardim

SOUZA, L. M.

A Luta pela Auto-gestão do Serviço de Saúde Indígena no Mato Grosso do Sul. Lourival Matchua Souza – Jardim:, MS, 2019. 50f.

TCC (Graduação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Orientadora: Prof. Dr. Sandra Cristina Souza

1. Saúde Indígena 2. Indígena. 3. Mato Grosso do Sul.

## TERMO DE APROVAÇÃO

Lourival Matchua Souza

### **A luta pela auto-gestão do serviço de saúde indígena no Mato Grosso do Sul**

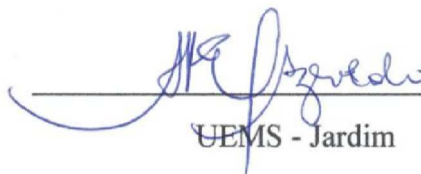
Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Geografia, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, pela seguinte Banca Examinadora:

Orientador (a): Prof<sup>ª</sup>. Dra. Sandra Cristina de Souza



UEMS – Jardim

Examinador 1: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Adélia Maria Evangelista Azevedo



UEMS - Jardim

Examinador 2: Prof<sup>º</sup>. Pedro Bambil de Souza



Jardim, 29 de Novembro de 2019

## **DEDICÁTORIA**

Dedico esta monografia a minha família, filha Silvia Perin Matchua, mãe Maria de Fátima Matchua, Pai Raimundo de Souza Filho e esposa Dielle Cris Perin de Brito, que com carinho, paciência e incentivo me ajudaram a concluí-la.

## **AGRADECIMENTOS**

Sendo impossível agradecer a todos de forma particular, mesmo sob o risco de ser injusto, algumas citações serão necessárias. Não posso esquecer-me das pessoas de bom coração da Comunidade da Reserva Indígena Kadwéu que me acolheram como sendo um indígena. In memoriam ao capitão Kadwéu Ademir Matchua, ao cacique da Aldeia Barro Preto Candido Abicho, ao cacique da Aldeia São João Vanderlei Mendes e a conselheira de saúde local da Aldeia São João Elizia Matchua Leite. Em especial agradeço a Professora Doutora Sandra Cristina pela dedicação nas orientações as minhas frequentes dúvidas.

## EPÍGRAFE

“O começo de todas as ciências é o espanto de as coisas serem o que são”.

(Aristóteles)

## RESUMO

O presente trabalho de Conclusão de Curso busca investigar historicamente a denominação cultural de conhecimentos ligados a tradição da aldeia Kadwéu, os avanços e retrocessos ligados aos conhecimentos medicinais, a integração social e medicinal dos diferentes povos. A metodologia desenvolvida se descreve em duas modalidades, uma de cunho bibliográfico com o embasamento teórico através de diferentes teses e um segundo momento a pesquisa ganha a dimensão de campo, onde através de levantamentos com entrevistas e uso de atividades orais e de reconhecimento de campo destacando a totalidade territorial do local em questão, torna-se bastante interessante que o advento da interação saúde indígena e atendimento por médicos e profissionais da saúde inicialmente causou uma estranheza para os membros dessa etnia, posteriormente sendo bastante reflexivo e de integração cultural.

**Palavras-chaves:** Saúde Indígena – Indígena - Mato Grosso do Sul.



## ABSTRACT

*The present course conclusion paper seeks to investigate historically the cultural denomination of knowledge linked to the tradition of the Kadwéu village, the advances and setbacks related to medicinal knowledge, the social and medicinal integration of different peoples. The developed methodology is described in two modalities, one of bibliographic nature with the theoretical basis through different theses and a second moment the research gains the field dimension, where through surveys with interviews and use of oral activities and field recognition highlighting The territorial totality of the place in question makes it quite interesting that the advent of indigenous health interaction and care by physicians and health professionals initially caused a strangeness to members of this ethnic group, later being quite reflective and culturally integrated.*

Keywords: Indigenous Health – Indigenous – Mato Grosso do Sul

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 –	Área territorial dos Kadwéu	32
Figura 02 –	Área territorial dos Kadwéu	32
Figura 03 –	Área territorial dos Kadwéu	33
Figura 04 –	Área territorial dos Kadwéu	33
Figura 05 –	Área territorial dos Kadwéu	33
Figura 06 –	Organização dos DSEIs	43
Figura 07 –	Anciãs Kadwéu da Aldeia Tomázia	44
Figura 08 –	Comunidade dos Kadwéu	44
Figura 09 –	Cacique da aldeia São João e Conselheira local da saúde	45
Figura 10 –	Polo Base da Sesai em Bonito/MS e reivindicações dos indígenas	45
Figura 11 –	Polo Base da Sesai em Bonito/MS e as futuras gerações de guerreiros e guerreiras	46

## LISTA DE MAPAS

Mapa 01 –	Localização da Reserva Indígena Kadwéu	29
Mapa 02 –	Planta da Reserva Indígena Kadwéu.	30
Mapa 03 –	Aldeias presentes na Reserva Indígena Kadwéu	31

## LISTA DE SIGLAS

- APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
- CIMI – Conselho Indigenista Missionário
- DSEI – Distrito Sanitário Especial Indígena
- FUNAI – Fundação Nacional do Índio
- FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
- MS – Mato Grosso do Sul
- ONU – Organização das Nações Unidas
- RIK – Reserva Indígena Kadiwéu
- SESAI – Secretária de Saúde Indígena
- SPI – Serviço de Proteção aos Índios
- SUS – Sistema Único de Saúde
- UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
- UNI – União das Nações Indígenas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	14
<b>1 CAPÍTULO 1</b>	18
<b>1.1 Indígena uma história por tras da história</b>	18
<b>1.2 Breve relato histórico de luta indígena</b>	18
<b>1.3 Trajetória da pesquisa</b>	20
<b>1.4 Sujeitos da Pesquisa</b>	21
<b>1.5 Metodologia da pesquisa</b>	22
<b>1.6 geografia Cultural, manifestações orais e a presença e importância do etnodesenvolvimento</b>	22
<b>2 CAPÍTULO 2</b>	27
<b>2.1 Kadwéu conhecendo as questões históricas de formação dessa importância etnia indígena</b>	27
<b>2.2 Área Indígena</b>	29
<b>2.3 Imagens da área territorial dos Kadwéu</b>	31
<b>2.4 Um pouco da história contada pelo líder</b>	34
<b>3 CAPÍTULO 3:</b>	36
<b>3.1 Saúde Indígena um processo de luta e desafios</b>	36
<b>3.2 Relato de uma Anciã Kadwéu sobre a saúde indígena</b>	37
<b>3.3 Criação da SESAI</b>	38
<b>3.4 Relato de Fernando da Silva Souza</b>	39
<b>3.5 Um pouco do que é a DSEI</b>	42
<b>3.6 Comunidade, atendimento e reivindicações</b>	44
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	47
<b>5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	48

## INTRODUÇÃO

Através dos tempos os líderes indígenas construíram sua capacidade de diálogo com a sociedade nacional, não-intencionalmente, mas por meio de atividades ligadas ao mercado regional, de atividades educacionais (como, por exemplo, frequentado escolas nas cidades) e/ou de atividades profissionalizantes. Pretendemos compreender os processos de escolha de lideranças indígenas no MS para gerir o sistema de saúde indígena no estado.

Essa mediação também implica no estabelecimento de relações interétnicas entre os vários grupos indígenas e de relações inter-gupais entre indígenas da mesma etnia.” Quem são os líderes indígenas capazes de desempenhar essas funções? Aqueles que transitam nos dois campos políticos: indígena e não-indígena.

A agregação de indígenas à serviço da dominação de seu próprio povo remonta ao período da conquista. Estratégias de dominação do europeu sobre as sociedades indígenas recorreram constantemente a utilização do próprio indígena como elemento de ataque a outras comunidades.

Os indígenas foram utilizados nas bandeiras, de apresamento e prospecção por conhecerem o *modus vivendi* de outras comunidades indígenas alvo de apresamento, bem como o território a ser percorrido, durante o deslocamento, e explorado, no caso das bandeiras de apresamento. Conheciam também as formas de sobrevivência na mata, abrigo, formas de alimentação.

Para Paul Virilio (1996, p.68) “os governos negociam e intercambiam prontamente seu plantel de trabalhadores, gabando (...) sua sobriedade e resistência no trabalho’, eles se abastecem, em grande medida, nas possessões coloniais [...]”.

No período imperial José Bonifácio em seus *Apontamentos*, reconhecia a utilidade de utilizar-se indígenas nas tropas imperiais, Amédís Germano dos Santos (2005) ao estudar seus escritos descreve: “No Art. 20º que trata da instrução das artes e ofícios nos aldeamentos, ele diz que os índios, após instruídos no “ler, escrever, e contar, e catecismo”, seriam “distribuídos pelos lugares em que houver falta de oficiais concedendo-lhes a isenção de servir na tropa paga”. Isto leva-nos a entender que na composição das tropas militares os índios aldeados e em formação de ofício eram presença obrigatória nas tropas pagas. Entretanto, no Art. 5º ele deixa claro que na composição dos postos civis e militares do aldeamento “haja pelo menos igualdade entre ambas as raças”, confirmando assim a utilização do índio no serviço militar das aldeias.”

“[...] necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber se lhes estão sujeitos ou mesmo que o exercem.” (BOURDIEU, 1989, p.7, *apud* SOUZA, 2014, p.141)

Podemos destacar que entre 1970 e 1980, o movimento indígena no Brasil, lutando por demarcações de suas terras e melhoria nas condições de sobrevivência de sua população, teve o apoio de organizações não-governamentais para a formação de organizações indígenas supra-étnicas, ou pan-indígena, como a UNI (União das Nações Indígenas), em busca de soluções diplomáticas para os conflitos entre os anseios dos povos indígenas e o Estado brasileiro, ainda com legislação que favorecia a sociedade não-indígena em detrimento aos interesses indígenas.

Ao mesmo tempo, outros povos indígenas como Xavante e Kaiapó partiram para outra estratégia a do enfrentamento, sendo considerados como intransigentes, obtiveram êxito em algumas de suas reivindicações, através de invasões de prédios públicos, e sequestros de funcionários da FUNAI. Apesar de diferentes encaminhamentos, ambos os movimentos desencadeavam ações coletivas que buscavam afirmação da autodeterminação indígena dentro do Estado brasileiro.

Com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, o movimento indígena entra numa nova fase, pois através dos artigos 231 e 232, os povos indígenas são reconhecidos como integrantes da população brasileira, deixando, portanto para trás a concepção de que os indígenas estariam, evolutivamente, fadados a mestiçagem ou mesmo a extinção, e a luta agora é para o cumprimento deste reconhecimento, através da demarcação de suas terras e medidas que melhorem a vida da comunidade dentro e fora da aldeia.

Na década de 90, com a política neoliberal instalada no país, a sociedade civil é chamada para atribuições nas ações públicas, assim, abre-se espaço para o diálogo intercultural entre indígenas e não-indígenas no país. A figura da liderança indígena, que transita dentro e fora da aldeia é requerida na concepção, e agora na gestão de projetos, além das atribuições em órgãos governamentais, já que também neste período, o órgão indigenista estatal (FUNAI) têm suas funções redistribuídas em diversos órgãos do governo federal e de instâncias estaduais e municipais, como no caso da educação.

De acordo com MATOS (2006: 212), a vivência no ambiente “fora” da aldeia habilita o indígena para ser um líder que estabeleça o diálogo entre as duas culturas que transita: o mundo indígena e o não-indígena:

“embora cada líder [indígena] possua características que lhes são específicas pela sua etnia, pelo contexto interétnico de seu grupo e/ou pela sua história pessoal, há

experiências e traços que lhes são comuns pelo caráter próprio do fenômeno “liderança”, definido no contexto histórico do movimento indígena dentro do Estado brasileiro. Como, por exemplo, experiências de transitar no universo da sociedade nacional, antes de assumir o papel de liderança do movimento indígena. Geralmente, essas experiências são adquiridas durante o período da vida dos indígenas em que eles se envolvem com as cidades, seja por motivos de educação, saúde, trabalho remunerado ou trocas comerciais. (...) experiências desse tipo lhes proporcionam a compreensão da sociedade e do Estado nacionais e os habilitam ao exercício da liderança do movimento indígena. Por serem atores políticos no contexto das relações interétnicas, ter desenvoltura no universo não-indígena tornou-se uma qualidade essencial, tanto para o desempenho do líder no papel de mediador entre culturas diferentes, como também para manter a legitimidade política do líder no movimento indígena.”

O conhecimento do mundo não-indígena tornou-se importante não só para as lideranças, mas também para os demais indígenas, pois assim podem se posicionar melhor nas relações interétnicas.

Segundo Matos (2006: 222) “o reconhecimento de jovens líderes deu-se por meio de um novo referencial de autoridade política indígena, constituído a partir do campo das relações interétnicas e da valorização de novos atributos de liderança, além daqueles reconhecidos culturalmente nas comunidades indígenas.”

A autoridade do líder indígena está assentada na possibilidade de articulação entre os universos indígena e não-indígena. Neste sentido, para Matos (2006: 215): “Para exercer mediação, o líder deve estar preparado para as traduções políticas (traduções das vontades e dos interesses dos agentes sociais) no campo da política indígena e no campo da política indigenista. Por meio de suas habilidades como tradutor político, ele constrói a legitimidade da sua liderança com interpretações culturais referenciadas, tanto no universo de significados indígenas, como também no universo de significados da sociedade não-indígena.”

Através deste projeto pretendemos compreender através de entrevistas como se dá a escolha das lideranças indígenas entre as comunidades indígenas do MS e como ocorreu o processo de escolha do líder do Distrito de Saúde Indígena de Mato Grosso do Sul em 2014.

Podemos compreender os processos de escolha de lideranças indígenas no MS para gerir o sistema de saúde indígena no estado. Buscasse portanto como objetivos obter:

- Levantamento através de entrevistas com lideranças indígenas sobre quais as capacidades necessárias aos líderes indígenas para que sejam capazes de desempenhar funções de liderança.
- Levantamento através de entrevistas com lideranças indígenas sobre a utilidade da vivência no ambiente “fora” da aldeia habilita o indígena para ser um líder que estabeleça o diálogo entre as duas culturas que transita: o mundo indígena e o nãoindígena



- Levantamento através de entrevistas com lideranças indígenas sobre o processo de escolha do líder do Distrito de Saúde Indígena de Mato Grosso do Sul em 2014.

A transmissão oral é o principal mecanismo de difusão da cultura e tradição das populações tradicionais, a qual estabelece uma relação contínua com os conteúdos disseminados: “Oralidade é simultaneamente conteúdo e processo. Ela impõe maior atenção aos movimentos de audição, percepção e memória, coerência de pensamento e criatividade como desenvolvimento do enredo narrado” (REVEL, 2005, p. 06 *apud* PEREIRA e DIEGUES, 2010, p.40).

Sendo assim, é possível afirmar que a transmissão oral dos conhecimentos dessas populações remete diretamente ao modo como se perpetuam as demais características, uma vez que, de acordo com Lenclude (1994 *apud* PEREIRA e DIEGUES, 2010, p.40), é a partir da oralidade que os conhecimentos, valores, linguagens, representações, visões de mundo e práticas são transmitidos entre os sujeitos, permitindo a continuidade do tempo passado no tempo presente.

Utilizando técnicas de História Oral, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com lideranças indígenas versando sobre as qualidades necessárias a um líder indígena eficaz, enfocando no o processo de escolha do líder do Distrito de Saúde Indígena de Mato Grosso do Sul em 2014.

Foram coletados dados também junto as Secretaria Municipais de Saúde e Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e Ministério da Saúde, que atuam/atuarão junto às comunidades já citadas.

Esperamos colaborar para a construção de conhecimentos sobre como as lideranças indígenas estão ocupando hoje postos nas agências governamentais que possuem ações nas comunidades indígenas.

## **CAPÍTULO 1**

### **Indígenas uma história por trás da história**

Propomos nesse capítulo desenvolver de forma escrita o conhecimento que permeia toda metodologia desenvolvida para a progressão deste Trabalho de Conclusão de Curso, sendo assim iniciaremos falando da trajetória da pesquisa, seguido da composição ligada aos pensamentos e referenciais teóricos que embasam todo conhecimento a cerca do tema e findando assim este capítulo com a metodologia adotada na pesquisa para fins de compor o campo científico do conhecimento.

As questões relacionadas a Saúde Indígena passaram por diversos momentos na história das aldeias indígenas, pensando nessas transformações foi elaborado uma proposta de pesquisa para compreendê-la mais amplamente, assim sua trajetória se desenvolveu com a finalidade de inicialmente abordar de forma histórica como se deu a dominação indígena, seguindo das lutas por emancipação indígena, onde posteriormente aproximar-se toda questão relacionada a metodologia de abordagens que compõe a pesquisa.

### **Breve relato histórico de luta indígena**

É sabido que desde a invasão portuguesa nas terras brasileiras os indígenas foram tidos como selvagens e difíceis de lidar, por não aceitar a dominação, tendo como fato este que causou a destruição e eliminação de diversas tribos que nem tivemos o conhecimento na época da colonização.

A invasão, ocupação e exploração do solo brasileiro foram e são determinantes para as transformações radicais que os povos originários passam no decorrer de cinco séculos. Um longo processo de devastação física e cultural eliminou grupos gigantes e inúmeras etnias indígenas, especialmente através do rompimento histórico entre os índios e a terra. Por dentro da tradição da teoria social crítica, podemos captar elementos teórico-metodológicos muito significativos para análise do processo histórico social vivido por esses povos e apreender a teia contemporânea de ameaças à própria continuidade da existência da vida indígena e sua possibilidade de autodeterminação e auto-organização. (SILVA, 2018, p.481)

A luta indígena não é uma realidade só nos dias atuais, desde os primórdios acredita-se que eles foram um povo onde se buscou a sobrevivência de diversas formas, o seu conhecimento ligado a natureza e sua riqueza cultural foi fortemente influenciada pelos dominadores, visando catequizá-los e ensinar seus conceitos doutrinários, impondo além de tudo isso uma nova etnografia.

Ainda segundo Silva (2018, p. 482), podemos destacar que:

A condição dos povos indígenas na realidade brasileira foi histórica e socialmente desprezada ou tratada com muito preconceito e violência. O próprio termo “índio” não tem unidade concreta, nem semântica, expressando a marca histórica contraditória da colonização. A diversidade dos grupos étnicolinguísticos da América Latina não cabe nesse termo genérico, porém ele passa a ser assumido historicamente como uma definição estratégica de um grupo social no processo geral de organização e reivindicação política. (SILVA, 2018, p.482)

A autora nos apresenta uma reflexão onde é de extrema importância compreender que sempre este povo sofreu perseguições que causaram desprezo presente até os dias atuais, sua

questão fortemente pluricultural fez com que em sua história houvessem lutas para manter seus posicionamentos de organização em grupo.

Os índios sempre estiveram na história do Brasil, porém, grosso modo, como força de trabalho ou como rebeldes que acabavam vencidos, dominados, escravizados, aculturados ou mortos. Suas ações não eram, absolutamente, consideradas relevantes para a compreensão dos rumos da história. Essas concepções, predominantes por tanto tempo em nossa historiografia, já não se sustentam. Inúmeras pesquisas não deixam dúvida sobre o fato de que as ações e as escolhas indígenas deram limites e possibilidades aos processos de conquista e colonização das diferentes regiões do Brasil (Almeida, 2010 *apud* Almeida, 2017, p. 18-19).

Compreender que os índios estiveram presentes desde o início da história brasileira, seja direta ou indiretamente nos remete a reflexão de que eles possuem acima de nós direitos a estar e se posicionar onde acreditam ser sua propriedade de terra, muitos não aceitavam ser escravizados sendo assim por muitas vezes mortos o que diminuiu sua população significativamente.

Ainda que muitas tribos desapareceram algumas ainda prosseguiram criando sua história intimamente ligada com a brasileira, não há como pensar na cultura, biografia, entre outros quesitos do nosso país sem relacioná-los com as questões indígenas.

Antes da chegada dos portugueses no Brasil, embora não se saiba com precisão o número de povos de indígenas que aqui viviam, há estimativas de que os números variem entre 3 a 5 milhões de indígenas, que se dividiam em diversas tribos, cada uma com a sua própria cultura, religião e costumes, mas o que todas tinham em comum é que possuíam um elo muito forte com a natureza pois dependiam dela para quase tudo, através da caça, pesca, agricultura, porém sempre com muito respeito ao meio ambiente, fazendo uso somente do que era necessário para a sua sobrevivência. (SALES, 2017, p. 04)

A legislação que favorecia a sociedade não-indígena em detrimento aos interesses indígenas. Ao mesmo tempo, outros povos indígenas como Xavante e Kaiapó partiram para uma outra estratégia a do enfrentamento, sendo considerados como intransigentes, obtiveram êxito em algumas de suas reivindicações, através de invasões de prédios públicos, e sequestros de funcionários da FUNAI. Apesar de diferentes encaminhamentos, ambos os movimentos desencadeavam ações coletivas que buscam afirmação da autodeterminação indígena dentro do Estado brasileiro.

Como abordado por Sales o número estimado de indígenas na época da colonização era estimado em milhões, o que nem se compara a realidade que temos atualmente, poucos ainda sobreviveram carregando consigo marcas de sua cultura e seus valores. Ainda segundo o autor podemos destacar que na atualidade:

De acordo com os dados do Censo Demográfico (2010) realizado pelo IBGE, o Brasil tem uma população indígena de 896.967 representando apenas 0,4% da população brasileira, dos quais 502.783 vivem na zona rural e 315.180 na zona urbana. O território

brasileiro atual é composto por 505 terras indígenas correspondendo a 12,5% com um total de 305 etnias e 274 línguas faladas. As maiores etnias são as Tikúna (46 mil), Guaraní Kaiowá (43,4 mil), Kaingang (37,4 mil), Makuxí (28,9 mil), Terena (28,8 mil) e Tenetehara (24,4 mil). A distribuição por região é 38,2% no Norte; 25,9% no Nordeste; 16% no Centro-Oeste; 11,1% no Sudeste e 8,8% no Sul. E a taxa de alfabetização de indígenas de 15 anos de idade ou mais é de 76,7%. (SALES, 2017, p. 05)

Esses dados ainda encontram-se em constante mudança, nesses últimos dez anos o número de indígenas ainda se alterou, o que nos reflete a pensar em quais são as causas dessa diminuição.

### **Trajetória da pesquisa**

Ao iniciar um curso de licenciatura nos propomos a aprender de forma detalhada muitos posicionamentos científicos, dentre todo esse conhecimento adquirido, há para cada aluno uma linha de pesquisa que se insere as definições consideradas aptas ao se cotidiano e noção de qual deve ser a atividade desenvolvida para conclusão de um trabalho de conclusão de curso.

Segundo Luna (2005), quando decidimos tomar uma decisão do que ser pesquisado, há como consequência dessa escolha um novo leque de caminhos que podemos traçar de forma alternativa, para desenvolver tal habilidade que gere um equilíbrio de conceitos devemos destacar dados importantes para a compreensão concisa do que e de como fazer. Partindo desse pressuposto teórico percebemos que há sim uma grande tarefa envolvendo a pesquisa, para tal tarefa há um amplo campo de detalhes e princípios ligados a trajetória percorrida.

Este Trabalho de Conclusão de Curso encontrasse embasado teoricamente sobre o tema da luta pela auto-gestão do serviço de saúde indígena no Mato Grosso do Sul, seus avanços e retrocessos que permeiam dentre esse enfoque.

No decorrer dos quatro anos em que cursei a faculdade de Licenciatura em Geografia, os temas foram bastante complexos e dentre eles a escolha se deu por motivações diárias em que numa conversa com o motorista e me interessei em fazer algo voltado a saúde além de ser liderança.

Também acompanhei aos movimentos de mobilização indígena para nomear o primeiro indígena na direção da Secretaria de Saúde Indígena a SESAI de Mato Grosso do Sul, fato este que só teve êxito em 2014 com a concessão de nomeação do indígena para estar a frente gestão da saúde.

Uma das grandes dificuldades encontradas para esta terminando a o curso de geografia ofertado pela UEMS, na Unidade de Jardim foi a distancia, ou seja, o deslocamento diário, da cidade Bonito até o município sede da instituição.

## **Sujeitos da Pesquisa**

O polo base da SESAI, está localizado no município de Bonito, o qual trabalhei até ano de 2018, atendendo a população indígena Kadwéu das aldeias São João, Tomázia e Barro Preto.

Na saúde indígena houve melhoria no atendimento, devido fato de haver um indígena na gestão, levando em consideração que o mesmo é conhecedor das necessidades de cada etnia, pois cada uma tem suas especificidades, culturas diferentes, assim o gestor indígena sabe diferenciá-las suas peculiaridades com relação seu modo de vida.

Foi realizado pesquisa de campo nas aldeias onde foi se perguntado para membros da comunidades de como era saúde e como atendimento hoje da saúde oque melhorou após a chegada da SESAI.

## **Metodologia da Pesquisa**

A transmissão oral é o principal mecanismo de difusão da cultura e tradição das populações tradicionais, a qual estabelece uma relação contínua com os conteúdos disseminados: “Oralidade é simultaneamente conteúdo e processo. Ela impõe maior atenção aos movimentos de audição, percepção e memória, coerência de pensamento e criatividade como desenvolvimento do enredo narrado” (REVEL, 2005, p. 06 *apud* PEREIRA e DIEGUES, 2010, p.40).

Sendo assim, é possível afirmar que a transmissão oral dos conhecimentos dessas populações remete diretamente ao modo como se perpetuam as demais características, uma vez que, de acordo com Lenclade (1994 *apud* PEREIRA e DIEGUES, 2010, p.40), é a partir da oralidade que os conhecimentos, valores, linguagens, representações, visões de mundo e práticas são transmitidos entre os sujeitos, permitindo a continuidade do tempo passado no tempo presente.

Utilizando técnicas de História Oral, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com lideranças indígenas versando sobre as qualidades

necessárias a um líder indígena eficaz, enfocando no o processo de escolha do líder do Distrito de Saúde Indígena de Mato Grosso do Sul em 2014.

Foram coletados dados também junto as Secretarias Municipais de Saúde e Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e Ministério da Saúde, que atuam/atuaram junto às comunidades já citadas.

### **Geografia Cultural, manifestações orais e a presença e importância do etnodesenvolvimento**

Compreender as passagens humanas e especificamente a indígena no território brasileiro trás consigo inúmeros questionamentos, desta maneira buscar explicar como e quando se deu essa importante atuação nos remete a conhecer antes de tudo a Geografia Cultural. Assim como segundo Claval (2012):

No Brasil, como em outros países ocidentais, a virada cultural da disciplina vai se afirmar no início dos anos 1990. Alguns colegas adotam essa abordagem, divulgando-a e estruturando-a. Zeny Rosendahl cria, no Rio de Janeiro, em 1994, um laboratório; baseada no modelo daquele que eu coordenei em Paris, no início dos anos 1980, ela vai chamá-lo de “Espaço e Cultura”: nasce, assim, o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Espaço e Cultura (NEPEC). No final dos anos 1990, o sucesso das novas orientações é evidente: quando organiza seus seminários nacionais, o NEPEC recebe grande número de propostas de comunicação, a tal ponto, que passa a fazer seus eventos científicos apenas por convite direto aos expositores. (CLAVAL, 2012, p.14)

Está área de estudo da geografia se deu de forma bastante tímida, aqui em nosso país na década de 90, onde pensava-se na sua estruturação e estudos científicos através de eventos e seus precursores possuíam influencias de demais nações. Segundo Santilli (2005),

O multiculturalismo permeia todos os dispositivos constitucionais dedicados à proteção da cultura. Está presente na obrigação do Estado de proteger as manifestações culturais dos diferentes grupos sociais e étnicos, incluindo indígenas e afro-brasileiros, que formam a sociedade brasileira, e de fixar datas representativas para todos esses grupos. (SANTILLI, 2005, pg.75)

Há uma imensidão cultural no território brasileiro que perpassa desde antes da chega dos colonizadores já com os povos dominantes que habitavam aqui, os indígenas, mas com o advento da chegada de outros, como portugueses e espanhóis, muito se perdeu e isso se reflete atualmente. Claval (2012) nos aponta ainda de forma mais aparente:

O Brasil oferece um prodigioso campo de estudos àqueles que se interessam pela diversidade das sociedades e pela multiplicidade de possibilidades de sua apreensão do

real. As raízes ameríndias da cultura nacional são identificáveis em muitos domínios, por exemplo, na agricultura e nos hábitos alimentares; os aportes da cultura africana são também consideráveis, com o surgimento e a consolidação de sincretismos religiosos no Candomblé ou na Umbanda, assim como com o nascimento de sociedades neoafricanas, como os quilombos. A componente europeia é dominante em muitos domínios, mas ela se exerceu em momentos variados e sob diversas maneiras. A colonização trouxe os portugueses; alguns eram cristãos novos; alguns ciganos também se juntaram a eles. O catolicismo marca profundamente as atitudes da maior parte da população. ( CLAVAL, 2012, p. 16-17).

Esta parte da história brasileira encontra-se fortemente marcada por imposição, por domínio e uso de poder, onde muito foi trazido da cultura europeia e dos seus costumes, depois se ampliou ainda mais com a questão da escravidão e da mão de obra estrangeira, assim a tradição e cultura indígena se perdeu ainda mais.

De acordo com o autor ainda, Claval (2009), nos remete as reflexões que se enriquecem e aprofundam no contato com a etnografia, com a visão de novas luzes sobre a maneira como as sociedades indígenas exploravam a natureza antes da chegada dos europeus, utilizando-se ainda de seu patrimônio cultural pura e sem machados nem facões era difícil qualquer tipo de cultura em seus ambientes. As populações indígenas demonstravam sua preferência em transformar a floresta onde viviam multiplicando as árvores que lhes eram úteis nas proximidades de seu habitat.

Podemos destacar que em toda história de dominação não só foram perdidas comunidades inteiras que foram dizimadas, mas também muito se perdeu no que tange a questão de costumes, nos dias atuais poucos são os indígenas que ainda trazem consigo sua sabedoria cultural.

Toda a arte do orador consiste talvez em dar àqueles que ouvem a ilusão de que as convicções e os sentimentos que ele desperta neles não lhes foram sugeridas de fora, que eles nasceram deles mesmos, que ele somente adivinhou o que se elaborava no segredo de suas consciências e não lhes emprestou mais que sua voz (HALBWACHS, 1990: 47).

Considera-se de bastante relevância abordar a questão correlacionada ao etnodesenvolvimento que vem a tratar das questões culturais que por muito tempo foi deixada de lado ressurge, de acordo com Little (2002 *apud* BARRIOS e MENEZES, 2014),

O etnodesenvolvimento, trata-se de uma ação positiva e de inclusão, surgindo em um movimento que buscava o reconhecimento da diversidade cultural e étnica presente no interior dos distintos estados nacionais, movimento este que avança em conjunto com os ideais do desenvolvimento econômico.  
(LITTLE, 2002, p. 36 *apud* BARRIOS e MENEZES, 2014)

Ainda segundo o mesmo autor, quando se trata de falar dos povos indígenas no mundo, a procura de temas relacionados ganham destaque e reconhecimento em fóruns mundiais tratando a importância que essa cultura vem a expressar pelo mundo, tanto que em uma das reuniões da ONU tratou-se sobre povos indígenas.

Há muitas maneiras de conceitualizar o etnodesenvolvimento local, sendo que cada uma delas leva consigo um conjunto de valores políticos e culturais. A análise do etnodesenvolvimento local apresentada aqui não pretende ser exaustiva, antes procura colocar alguns dos temas e problemas principais vistos desde uma perspectiva informada por minha formação como antropólogo. O foco central de quaisquer programas ou atividades que visam o etnodesenvolvimento é o grupo étnico e suas necessidades econômicas e reivindicações políticas. Para tanto, o principal nível no qual se trabalha o etnodesenvolvimento é o local, justamente porque é nesse nível onde existem maiores oportunidades para os grupos étnicos exercerem influência nas decisões que lhes afetam e, como consequência, promover mudanças nas suas práticas econômicas e sociais. É no nível local que começa o processo de construção da autogestão étnica. (LITTLE, 2014, p. 40 *apud* BARRIOS e MENEZES, 2014)

Ao ampliar ainda o conhecimento sobre esta área tão importante para a geografia cultural, logo pensamos que ela se desenvolve de forma local, aliando política e cultura com auxílio de um antropólogo buscar atividades que auxiliem nas questões econômicas e assim atendendo as demais necessidades da população, oportunizando mudanças através dos conhecimentos.

Outro autor que também defende essa ideia como exercício correlacionado as questões indígenas buscando a potencialização do conhecimento de suas histórias é Verdum (2006), que nos aponta que:

[...] a idéia de etnodesenvolvimento refere-se ao “exercício da capacidade social” dos povos indígenas para construir seu futuro de acordo com suas experiências históricas e recursos reais e potenciais de sua cultura e seguindo projetos definidos por seus próprios valores e aspirações. Ou seja, o etnodesenvolvimento pressupõe existirem as condições necessárias para que a capacidade autônoma de uma sociedade culturalmente diferenciada possa se manifestar, definindo e guiando seu desenvolvimento. (VERDUM, 2006, p. 83)

Está área que trata todas as questões obtidas historicamente levando em consideração cada sociedade, que por si já apresenta diferenças nos demonstra que há sim possibilidades que visam atender-las mostrando que sempre pode haver novas formas de desenvolvimento.

O autor ainda desta que,

[...] as assimetrias sociais e políticas características dos contextos interétnicos, necessidade de as populações se adequarem às regras do jogo para acessar “recursos técnicos e financeiros” disponibilizados para a promoção do seu desenvolvimento; a mercantilização da natureza e dos conhecimentos indígenas e sua inserção nos circuitos econômicos de mercado; a imposição de formas organizativas particulares (tipo sindical ou associativa) como forma de representação e requisito básico de acesso às instâncias de “participação” oficiais; a inserção de expoentes (lideranças) indígenas, na condição de intermediários legitimados pela ordem étnica e ela rede de apoio que consegue estabelecer dentro e fora da comunidade indígena, em sentido amplo nas estruturas de Estado constituídas para administrar o processo de “desenvolvimento com identidade indígena, etc. (VERDUM, 2002, p. 75)

Ainda segundo ele diversos são os problemas que a população indígena enfrenta, pois não são capacitados para atender as diversidades tecnológicas e avanços que o mundo esta



propondo nos últimos anos, a natureza deixou de ser algo simples e ligado a sobrevivência da espécie e passou a ser comercializada como um produto capitalista, a identidade indígena que propõe essa ligação homem – natureza como interdependentes deixou de ser aceita e por esse motivo o etnodesenvolvimento busca mostrar saídas para que seja administrado a cultura e identidade indígena visando ampliar os focos que são expostos dentro e fora dos limites da aldeia.

Segundo Toledo (1992) ao pensar no plano econômico, a autonomia cultural propõe a tarefa de sair das situações consideradas problemáticas, assim levando em consideração que os programas de desenvolvimento nacional tiram recursos naturais de uma região, muitas vezes para sua exportação, mas deixa na área local a maioria dos impactos negativos, sejam eles ambientais ou sociais.

Toledo (1992), ainda destaca que há uma necessidade de resposta a essas situações de apropriação, os grupos étnicos estão tentando elaborar práticas produtivas que garantem o abastecimento das suas necessidades básicas ao mesmo tempo em que permite a produção de excedentes a serem utilizadas na geração de renda para a compra de produtos industrializados. Este guia para a elaboração dessas práticas reside nos conhecimentos da etnoecologia, já que as relações ecológicas existentes, tomadas no seu conjunto, mostram os caminhos da sustentabilidade ambiental por ser, em muitos casos, um exemplo empírico dela.

Atualmente tem-se pensado muito em atender a cultura indígena como uma parte integrante da história local, para tal função há uma verdadeira necessidade de conhecer as histórias que norteiam todo processo cultural de um povo, que aqui estudado e analisado trata do conhecimento sobre os Kadwéu.

## **CAPÍTULO 2**

### **Kadwéu conhecendo as questões históricas de formação dessa importante etnia indígena**

Toda questão histórica do Brasil e do Mato Grosso do Sul está intimamente ligada as diferentes tribos indígenas, suas lutas e perseverança são marcantes ainda mais quando pensamos no conhecimento sobre os Kadiwéu. Toda beleza se encontra na simplicidade da escrita de Lévi-Strauss (1996, *apud* DURAN, 2015, p. 48) que os descreve como,

“Esses camponeses maltrapilhos, perdidos no fundo de seu pântano, ofereciam um espetáculo bem miserável, mas sua própria decadência tornava mais impressionante

ainda a tenacidade com que tinham preservado certos traços do passado” (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 166 *apud* DURAN, 2015, p. 48).

Sua cultura era bastante aparente segundo esse autor que os estudou, nos demonstrando que eles ainda traziam grandes especificações do passado ligadas a seu conhecimento, é um grupo bastante lutador e não desistem de demonstrar como seus participantes são guerreiros.

Os homens trançavam palha, teciam cintos com ela e com tecidos de algodão, moldavam joias com moedas de níquel e de prata, além de desenhar animais como emas, cavalos, galinhas, jacarés, entre outros. As mulheres fabricavam cerâmicas com o barro do rio Pitoco e cacos moídos, decorando suas peças com os vernizes da resina derretida do pau santo, de cor preta, e do angico, de cor amarelada, finalizando suas produções com um pó branco de cinzas e giz, “para realçar as impressões” (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 163 *apud* DURAN, 2015, p. 48).

Segundo o autor a interação com a natureza e sua pureza se faz bastante aparente, suas características pessoais e suas vestimentas estão bastante ligadas as suas atividades, a perfeição de detalhes em seu artesanato são expressivas em suas obras. Outro autor que nos descreve a historicidade deles que podemos destacar que segundo Silva (2011),

Os Kadiwéu (autodenominados Ejiwajegi), seja no passado (quando seus ancestrais eram chamados de Mbayá-Guaikuru, dentre outras denominações 1), seja no presente, fascinaram àqueles que se aventuraram por suas terras e desfrutaram de seu convívio, ainda que alguns por pouco tempo. (SILVA, 2011, p. 01)

Esta questão de conhecimento histórico compõe grande parte das lutas que essa etnia enfrentou, reflete no hoje, ainda é bastante aparente a força desse povo que não aceita que seja tirado seus direitos.

Respondemos parcialmente à pergunta, ou melhor, os indígenas o fizeram por nós. Antes de mais nada, as pinturas do rosto conferem ao indivíduo sua dignidade de ser humano; operam a passagem da natureza à cultura, do animal “estúpido” ao homem civilizado. Em seguida, diferentes quanto ao estilo e à composição segundo as castas, expressam numa sociedade complexa a hierarquia dos status. Possuem, assim, uma função sociológica (LÉVI-STRAUSS, 2001: 183 *apud* SILVA, 2011, p. 7).

No que tange a questão de localização Silva (2004), nos apresenta que a Reserva Indígena Kadwéu (RIK) localiza-se na porção norte do município de Porto Murtinho no estado do Mato Grosso do Sul. Os limites territoriais que fazem confrontação são Corumbá (Norte), República do Paraguai (Sul e Oeste), Bonito e Bodoquena (Leste). Os municípios de Bonito e Bodoquena são os de fácil acesso e menor distância para as aldeias do que o próprio núcleo urbano do município de Porto Murtinho. Há seis aldeias na reserva indígena, sendo elas Alves de Barro, Barro Preto, Campina, Córrego do Ouro, São João e Tomázia Os indígena da étnica Kadwéu é considerado guerreiro e não agricultor.

Ainda segundo ela os Kadiwéu elaboram um discurso perante outras sociedades (inclusive indígenas) como guerreiros, cavaleiros, ativos participantes da Guerra do Paraguai e, por essa razão, únicos beneficiários de uma suposta doação de terras por parte do Imperador D. Pedro II sempre narrado pelos mais antigos (anciãos). Procura-se demonstrar que, internamente, os Kadiwéu estariam realizando a atualização de uma tradicional divisão hierárquica (senhores e cativos) por meio da posse da terra. Dessa forma o indígena Kadwéu tem certa dificuldade em trabalhar o cultivo e manejo de terra ou de animais, pois tradicionalmente ele é guerreiro.

Segundo a Constituição Federal, de 1988, no que descreve as questões indígenas:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

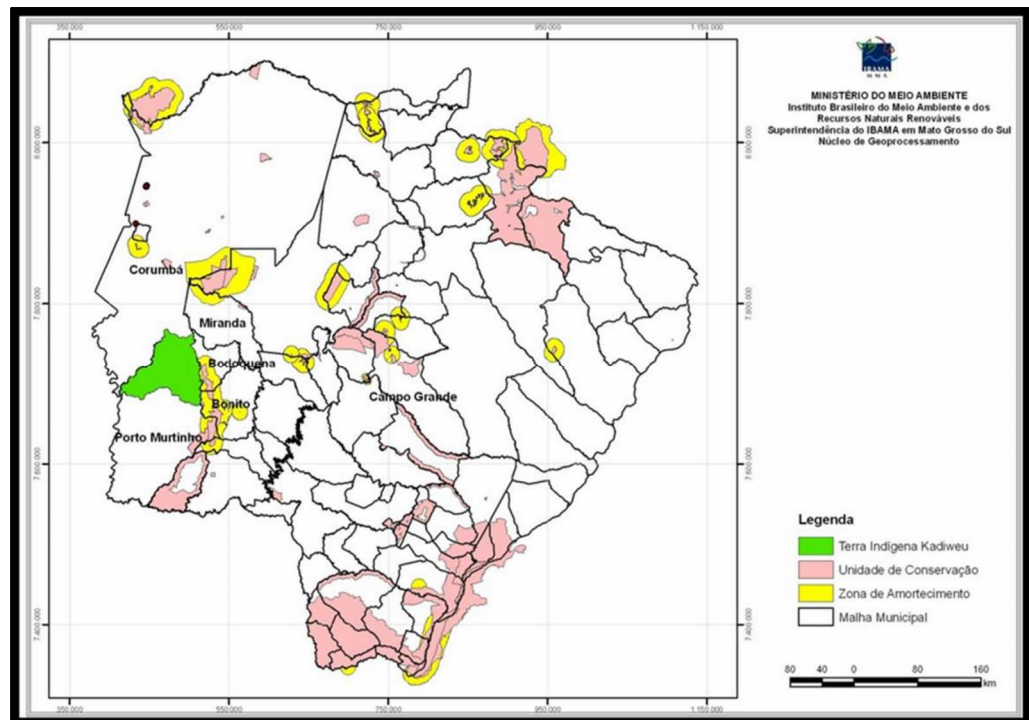
§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.

§ 7º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, § 3º e § 4º.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

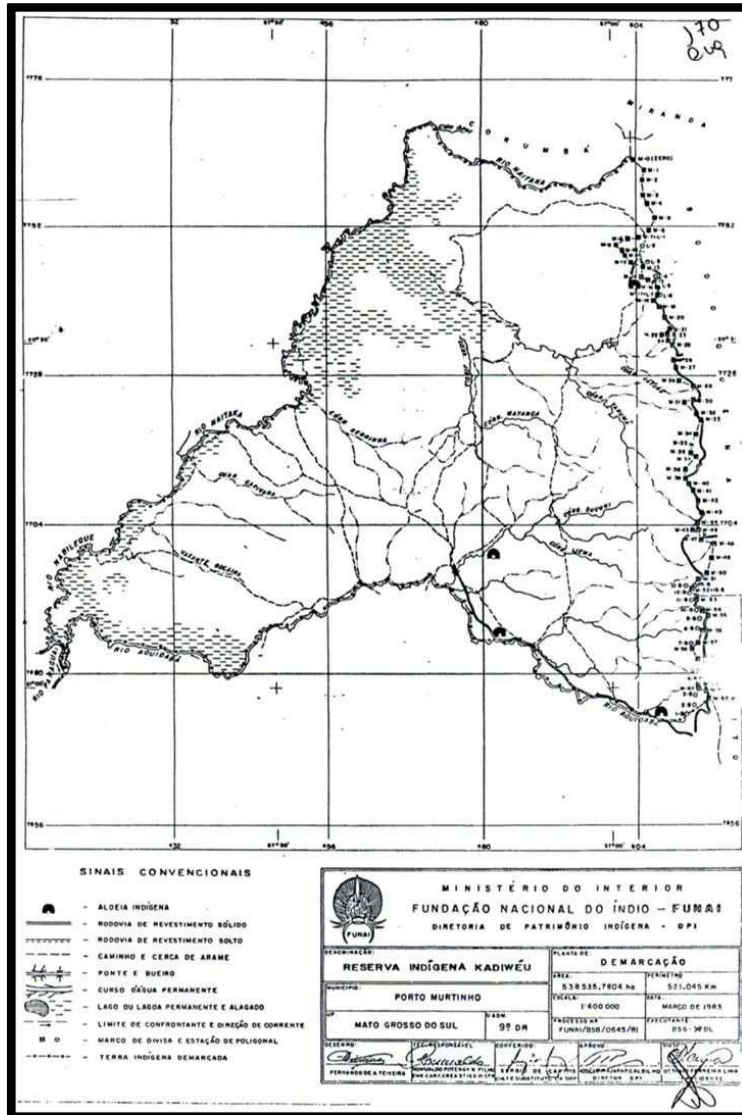
## Área Indígena



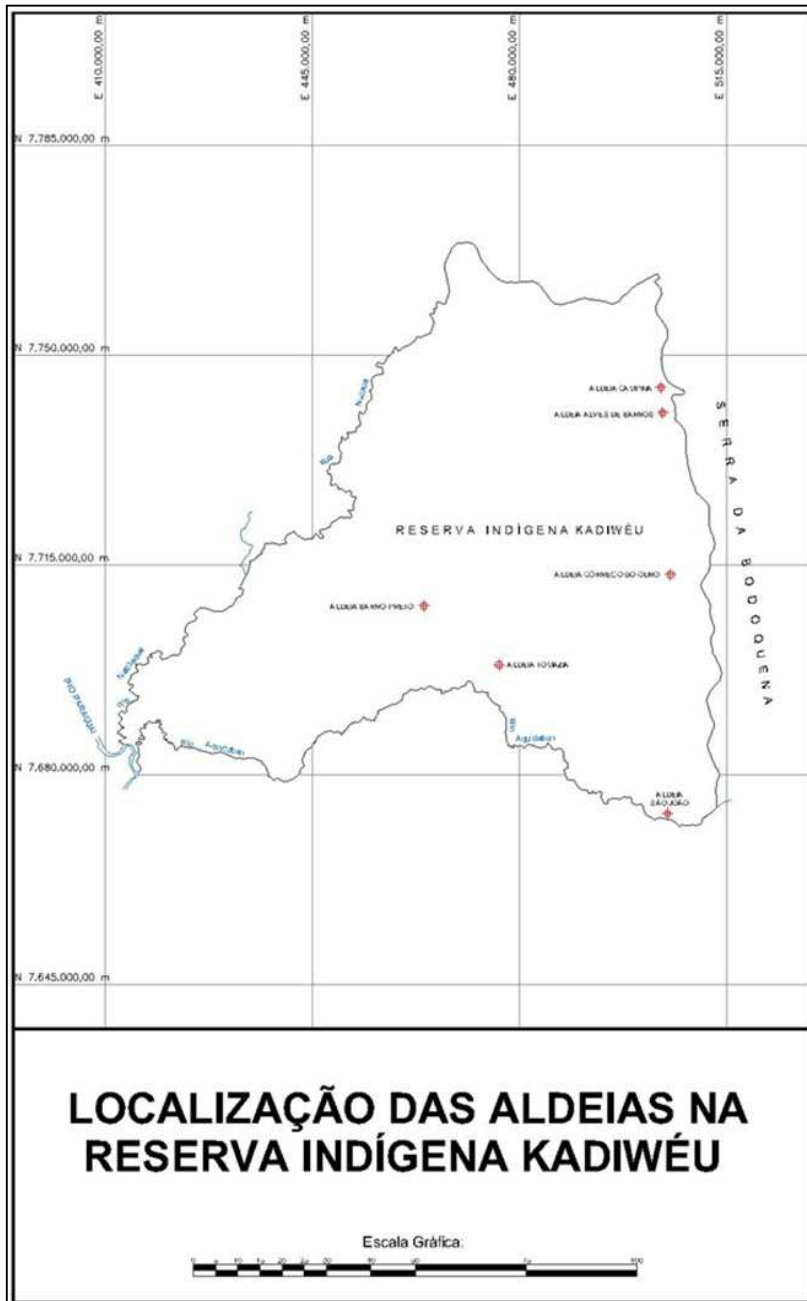
Mapa01 - Localização da Reserva Indígena Kadwéu.  
Fonte: IBAMA

A Reserva Indígena Kadwéu está localizada no município de Porto Murtinho, estado de Mato Grosso do Sul (Mapa 01), sua medição territorial foi realizada primeiramente por José de Barros Maciel com 373.024 hectares, com início dos trabalhos em 16 de dezembro de 1899 e concluído em fevereiro de 1900; Homologa a demarcação da Reserva Indígena Kadiwéu com 538.535 hectares (Decreto Presidencial nº 89.578 em 24 de abril de 1984) pelo então presidente General João Batista Figueiredo (Mapa 02);

Na RIK encontra-se seis aldeias, sendo a aldeia Alves de Barros considerada a capital, juntamente, as aldeias de fácil acesso pelo município de Bodoquena, a aldeia Campina e a aldeia Córrego do Ouro, as aldeias de fácil acesso pelo município de Bonito são a aldeia Barro Preto, São João e Tomázia (Mapa 03). E com mais de 30 anos a RIK tem área em litígio com entorno de 170.000 hectares.



Mapa 02 – Planta da Reserva Indígena Kadiwéu.  
 Fonte: Ministério do Interior/ FUNAI.



Mapa 03 - Aldeias presentes na Reserva Indígena Kadwéu. Fonte: Brito (2014, p.36).

### Imagens da área territorial dos Kadwéu

Um relato oral se faz ainda mais forte com a presença de imagens que retratam aquilo que foi abordado, compor o conhecimento através de uma produção escrita além de descrever busca-se ampliar os horizontes através de fotos.

A vista ampla detém a noção de tamanho e dimensão (Figuras 01, 02, 03, 04 e 05), mas não foram dias de luta, ou meses, para alcançar essa demarcação muitos foram mortos, muitas foram os retrocessos e avanços para chegar naquilo que temos hoje.



Figura 01 - Área territorial dos Kadwéu.  
Fonte: SOUZA, 2019.

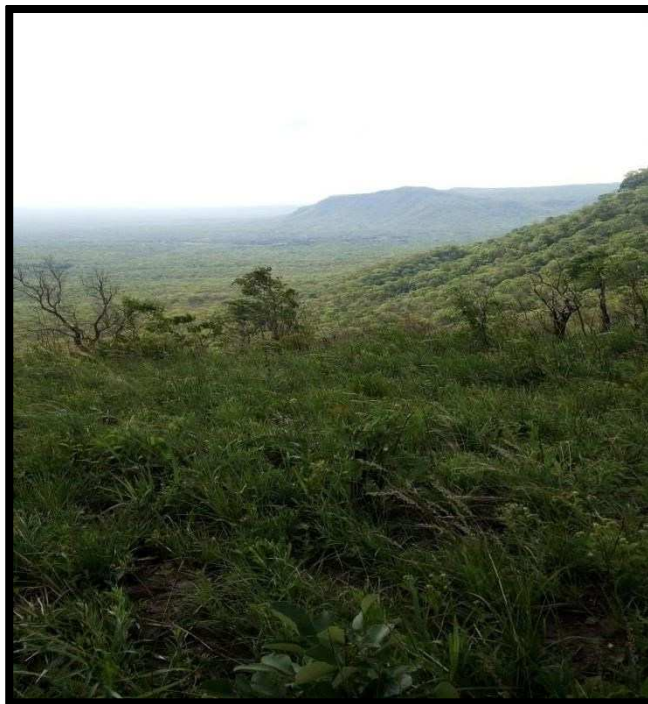


Figura 02 - Área territorial dos Kadwéu. Fonte:  
SOUZA, 2019.



Figura 03 - Área territorial dos Kadwéu.  
Fonte: SOUZA, 2019.

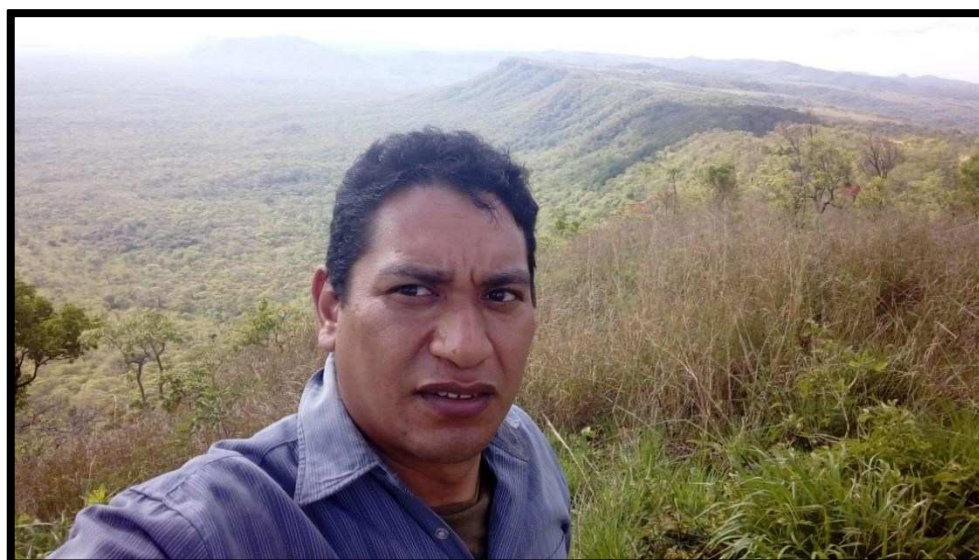


Figura 04 - Área territorial dos Kadwéu.  
Fonte: SOUZA, 2019.

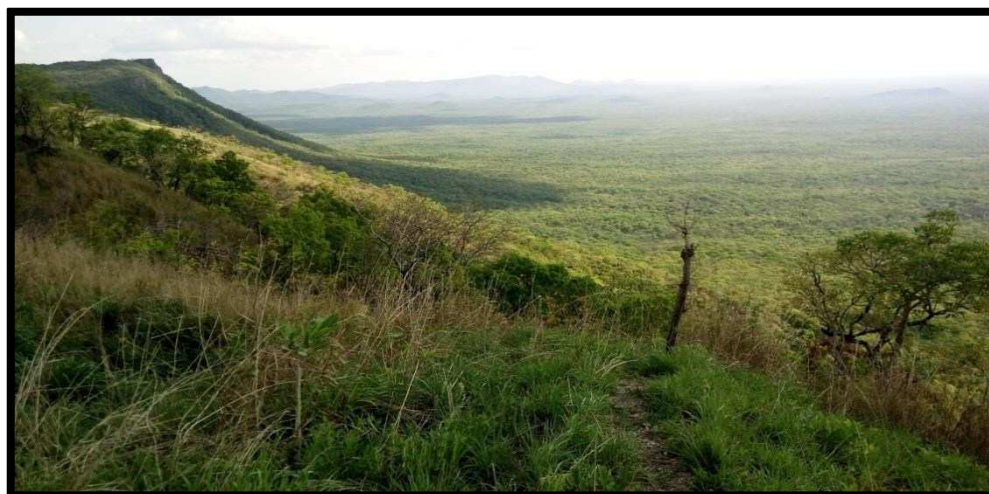


Figura 05 - Área territorial dos Kadwéu.  
Fonte: SOUZA, 2019.



## **Um pouco da história contada pelo líder**

A história do Kadwéu esta relacionada com toda formação do estado, segundo o Portal de Bonito, a Terra Indígena Kadwéu esteve sujeita a um primeiro reconhecimento oficial no início do século, por ato do Governo do Estado do Mato Grosso. Houve demarcação em 1900 e expedição de decreto em 1903, que já estabelecia como limites naturais os mesmos atuais acima mencionados. Em 9 de abril de 1931, o decreto nº 54 ratificou estes limites. Mas os problemas fundiários foram uma constante em sua história e os Kadwéu não apagaram de sua memória as tentativas de invasão e conflitos ocorridos desde o início do século. Mais recentemente, a demarcação de suas terras, concluída em 1981, cercou-se de muita tensão com invasores e deixou inclusive de fora de seu perímetro uma aldeia Kadwéu de nome Xatelôdo, localizada na Serra da Bodoquena. Em 1983 eram em número de 1.868 os posseiros que ocupavam aquela Terra Indígena. Os conflitos gerados, notadamente nos anos de 1982 e 1983, foram amplamente divulgados pela imprensa. (PORTAL BONITO, 2019)

Minha história faz parte de toda luta de demarcação e envolvimento por luta de melhoria na qualidade de vida dos Kadwéu, sempre acompanhei a comunidade desde pequeno participando das reuniões, porem, passei a estar na frente da liderança a partir do ano de 2006 sempre nos movimentos em busca de melhoria parra nossa comunidade.

Em 2012 estive junto as outras etnias do estado passamos a fortalecer a ideia de proporcionar aos indígenas uma gestão no estado de Mato Grosso do Sul, para isso foram necessários varias mobilizações estaduais para conseguimos nosso direito de ocupar cargo de gestor.

Após diversas reuniões em busca de melhoramentos para sempre atendendo as especificidades técnica e científica, após anos de mobilização no ano de 2014 conseguimos inseri o primeiro indígena seu Hilário da Silva com gestor da saúde indígena no estado MS.

Dentre todas as lutas, o que melhorou com minha liderança foi que aos longos dos anos eu fui orientando e passando informações aos mais jovens e mais velhos, sobre o nossos direitos e a importância de esta estudando e aplicando conhecimento ade querido no mundo do homem branco de como e que devemos nos adequar a vida do homem branco sem deixar de ser índio e muito menos deixar nossos costumes e tradições.

Eu como líder tenho que orientar e junto ao meu povo sempre esta inovando inventado para sobreviver ao mundo da sociedade branca, para isso eu tenho que conhecer meus direitos como indígena e leva para minha comunidade esse conhecimento dos nossos direitos a saúde

educação ao território sem território não a educação e tão pouco a saúde território e mãe terra dela tiramos nosso sustento e nossa sobrevivência depende da mãe natureza.

Liderar está ligado com saber agir e pensar de modo oque e melhor para nossa comunidade para esta sobrevivendo nos dias atuais temos que nos reinventar para sobreviver. E se adaptar ao mundo do homem branco como dito, e estar ocupando espaço e nosso por direito e melhorias nossa atendimento básico da saúde em nossa comunidade.

Na liderança tenho que conciliar o saber indígena e pensamento do modo de agir do homem branco, eu para entender melhor o homem branco tive que entra em uma academia para melhor compreender o sociedade branca, mesmo assim e foi fácil devido aos vários tipos de preconceitos que sofro por ser indígena, mas um líder já mais deixara de ser líder está no sangue a sabedoria da liderança e divina e passada de geração para geração.

Venho de família de lideres (capitães) como somos chamados em minha tribo nos Kadwéu os Matchua somos descendentes dos verdadeiros capitães, ou seja, liderança aos longos dos últimos anos, nós tivemos que nos informar busca nossos direitos, como dito, se inserir no meio da sociedade do homem branco. Assim enfrentamos as mais diversas dificuldades desde a adaptação ao modo de vida do homem branco sem deixar nossa cultura de lado se existimos até hoje e porque resistimos nesses 519 anos.

## CAPÍTULO 3

### Saúde Indígena um processo de luta e desafios

Dentre os principais problemas que os indígenas enfrentam além das questões de luta pela propriedade de terra e demarcação outra problemática bastante aparente é a preocupação com a saúde indígena.

Os povos indígenas desde os tempos anteriores à colonização europeia possuem seus sistemas tradicionais de saúde indígena, que articulam os diversos aspectos da sua organização social e da sua cultura, a partir do uso das plantas medicinais, rituais de cura, e práticas diversas de promoção da saúde, sob a responsabilidade de pajés, curadores e parteiras tradicionais. As medicinas tradicionais indígenas obedecem a níveis de causalidade e itinerários terapêuticos distintos do modelo biomédico ocidental, e procuram restabelecer o equilíbrio entre o indivíduo e o mundo. As medicinas tradicionais são diferentes, mas não menos importantes do que a medicina ocidental, e devem estar sempre presentes em qualquer trabalho de saúde com povos de culturas diferenciadas. (BRASIL, 2013, p 04)

Muito antes do desenvolvimento da cultura de remédios químicos, da ciência avançar buscando curas possíveis, a cultura ligada à natureza, aos remédios naturais e aos saberes dos povos antigos já eram utilizadas, assim a fitoterapia já era presente em seu cotidiano.

Após o advento da ciência moderna a medicina veio trazer os avanços para todos como um direito universalizado, todos passaram a ter direito ao atendimento em hospitais, postos de saúde e unidade de pronto atendimento, mas quando se pensa em atendimentos indígenas ainda há preconceito e diferentes formas de compreender sua cultura.

Segundo a Cartilha a Política de Atenção a Saúde Indígena, muitos foram os processos de luta que deram efetivação ao avanço para o atendimento, a constituição de 1988 que veio como um instrumento de auxílio as diversas comunidade com o entendimento visado a compreensão cultural e social que norteiam aquela comunidade seja indígena ou não, em 1991 surge o Sistema Único de Saúde o conhecido SUS e a FUNAI passou a ser responsável para o atendimento específico dos índios.

Com os adventos de mudanças esta parte da população realizou Conferências que auxilia para uma lei voltada para o atendimento indígena, presente na Cartilha da Saúde,

Os princípios para a constituição e consolidação desta política de atenção diferenciada à saúde dos povos indígenas estão embasados nos seguintes marcos referenciais: - Reciprocidade: busca uma coexistência equitativa entre as comunidades indígenas e os agentes de intervenção na saúde, tanto em nível da troca de experiências como da

oportunidade de decisão;- Eficácia Simbólica: busca uma compreensão ampla do universo simbólico indígena como condição indispensável para a atuação em saúde, através da aproximação entre medicina e cultura; - Integralidade: busca uma visão abrangente da problemática indígena, atuando sobre os determinantes históricos, sociais, culturais e ambientais da saúde, de uma forma global e criativa; - Autonomia: busca a autogestão e a gestão participativa nos programas de saúde implementados nas comunidades, dentro da perspectiva maior da autonomia dos povos indígenas. (BRASIL, 2013, p 06)

Esses pilares que embasam a constituição de atendimento à saúde tem como referências intervir de forma específica adotar e oportunizar decisões que demonstrem uma interação entre os conhecimentos, compreendendo em suas especificações culturais e tradicionais.

### **Relato de uma Anciã Kadwéu sobre a saúde indígena**

Segundo Jussara Abicho<sup>1</sup> quando, nasceu não existia e não conhecia saúde, não havia conhecimentos sobre o que era o tal do hospital, para ganhar neném o parto ocorria na casa e quem cuidava era parteira depois a mãe.

Os parágrafos à seguir são baseadas no relato de Jussara Abicho.

Após um tempo depois chegou até nós a noção do que era saúde, primeiro a FUNASA trouxe essa aproximação da cultura branca e seus saberes, ai melhorou, de veio percebeu-se ainda mais a melhoria na saúde, todas as filhas dos moradores, filhos e seus parentes, todos passam a conhecer remédio do branco, ou seja, remédio industrializado.

Com esse avanço os indígenas passam a conhecer posto de saúde passa obter acesso ao atendimento prestado pela saúde indígena, passou também a haver técnico de enfermagem que atendiam nas aldeias proponde levar para cidade nos casos em que a necessidade mais complexa.

As maiores exigência como casos graves que necessitam maiores cuidados médicos são encaminhados para os órgãos específicos realizando as consultas, outo advento necessário esta na aplicação de vacinas, há um controle para as crianças, atendimento e muito bom atendimento e houve significativa melhora.

Relata ainda que ela e irmã dela não conheciam medico e hoje em dia comunidade indígena conhecem medico, ainda quando foi primeira vez ao atendimento para cirurgia para

---

<sup>1</sup> ABICHO, Jussara. **Entrevista II** [out. 2019]. Anciã Kadwéu. Entrevistador: L. M. S. Porto Murtinho/ Reserva Indígena Kadwéu/ Aldeia Barro Preto, 2019. Entrevista concedida para Pesquisa como requisito para o curso de Licenciatura em Geografia.

retirada pedra da vesícula a mesma nos conta que passa mal por medo do tal medico e de que ela nunca tinha visto um, ainda mas no caso de cirurgia.

A anciã Jussara relata que quando chegou na cidade no hospital a mesma tremia de medo ao ser operada. Antigamente os remédios eram todos caseiro retirada das plantas medicinais assim sobreviviam os antigos com os próprios remédios retiradas das plantas da própria natureza (mata), sua fala nos remete a reflexão sobre a questão fortemente ligada a cultura..

Em sua fala deixa bastante claro que saúde melhorou e muito com SESAI, mas também relata que quer troca do gestor e quer gestor indígena na direção da saúde que com gestor não indígena eles não conhecem a realidade da comunidade , já o índio conhece o próprio patrícios (índios da mesma etnia ou de outra etnias).

A chegada da SESAI foi feio levantamento em que passou a levar medicamento para dentro das aldeias através de técnico de enfermagem que mora dentro da comunidade nos postos de apoio do polo base local da SESAI para melhor atender a comunidade.

## **Criação da SESAI**

A saúde indígena passou por muitos avanços, assim como retrata o relato acima, compreender que tudo foi um processo de luta concerne um papel de comprometimento dessa população com sua necessidade, sendo assim cabe destacar que ocorreu lentamente e após varias reuniões,

A atenção à saúde indígena no Brasil desde o anúncio da criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) pelo Ministério da Saúde no ano de 2008 tem se caracterizado por uma grande inoperância e omissão, agravando ainda mais o cenário da crise interminável que atinge a saúde das comunidades indígenas nas últimas décadas. O Ministério Público Federal (MPF) através da Sexta Câmara de Coordenação e Revisão, responsável pela defesa dos direitos dos povos indígenas e outras minorias étnicas, realizou em dezembro de 2012 o ‘Dia D da Saúde Indígena’, com a finalidade de chamar a atenção do poder público e da sociedade brasileira para o triste quadro da saúde indígena no Brasil. (BRASIL, 2013, p.15)

A criação da SESAI, não foi fácil, o cenário se encontrava bastante inconstante e só no ano de 2012 se efetivou esse processo, muitos indígenas que tinham acesso nenhum aos atendimentos do conhecido “médico branco” passou a ter a disponibilidade de avanços significativos.

Ainda segundo o documento de criação e efetivação desse órgão, no final de 2012, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), encaminhou e divulgou para conhecimento público ao Ministro da Saúde manifestando o clamor crescente de lideranças, comunidades e organizações indígenas de todo o Brasil, e sua indignação pelo preocupante quadro de caos e calamidade em que se tornou o atendimento à saúde indígena, em condições semelhantes à época da gestão da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). O documento solicitava uma intervenção efetiva na SESAI para que esta venha a cumprir de fato a sua missão, conforme as expectativas nela depositadas desde a sua criação, como fruto da luta dos povos e organizações indígenas do Brasil. (BRASIL, 2013, p.15)

A necessidade bastante aparente de aliar a cultura indígena e o conhecimento específico da tradição indígena requereu uma possibilidade de ampliar as noções de atendimento correlacionado aos saberes desse povo, assim gerou-se a interação que capacitou indígenas para o atendimento.

### **Relato de Fernando da Silva Souza<sup>2</sup>**

O processo de prioriza e valorização da mão de obra indígena e processo que se deu ao longo dos últimos 30 a 40 anos, lá na década de 80 mas o menos no início da década de 90 isso já se tornou uma briga e uma reivindicação da comunidade indígena e das lideranças indígenas no sentido de ocupa espaço estratégicos dentro da própria comunidade.

Primeiro movimento começou com professores a escola então foi a o espaço onde teve o primeiro passo para que nesse período então saísse os professores brancos que na década de sessenta, setenta e oitenta praticamente todos os professores que atuavam dentro das aldeias indígenas eram brancos sejam da Fundação Nacional do Índio FUNAI ou Municípios.

A partir da década final de oitenta inicio de noventa a um processo de reversão, então os professores brancos eram substituídos por professores indígenas que nesse período começa então a formação mesmo dos professores dentro da sala de aula então de noventa ate hoje praticamente houve uma substituição quase que cem por cento de todos professores, que não indígenas por

---

<sup>2</sup> SOUZA, Fernando da Silva. **Entrevista I** [set. 2019]. Coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena do Mato Grosso do Sul. Campo Grande/ MS, 2019. Entrevistador: L. M. S.. Entrevista concedida para Pesquisa como requisito para o curso de Licenciatura em Geografia.

indígenas certo então desde começo, na Saúde esse processo começa um pouco mais tarde, começa já no início do ano 2000 tão logo que iniciou a política de saúde indígena.

A saúde indígena foi criada no ano de 1999 em 2000 começa a ser contratado primeiros profissionais indígenas que e os agentes indígenas de saúde e agente de saneamento era sem por cento indígena e os demais de nível técnico e superiores eram todos não índios, nesse período no começo ano 2000 então começa processo de formação então de profissionais indígenas técnicos de saúde que posteriormente passou a ser absorvido pela contratante, os primeiros técnicos indígenas de enfermagem passam a ser contratados no ano de 2000,2001 e em 2003, em diante para que ocupasse esse espaço então houve uma grande leva de técnicos de enfermagem formados nesse período e todos eles conforme eles iam sendo capacitados e formados eles foram absorvidos pela saúde indígena.

Desde o ano de 2004 e 2005 começa também a formação de indígenas de nível superior enfermeiros, dentistas, nutricionistas, psicólogos, então já no final 2008,2009 e 2010 começa chegar também profissionais indígenas nível superior na área da saúde então foi nesse exato momento de 2003 em diante se também inicia a discussão conforme então foi chegando profissionais indígenas assumindo postos técnicos na área de saúde e já iniciou também uma discussão por que não ter indígena assumindo a gestão mesmo de fato da saúde indígena a educação já tem gestores diretores, coordenadores todos indígenas e ai se fazendo um paralelo.

O avanço da educação indígena começamos pautar essa questão de indígenas assumirem a gestão da saúde indígena, essa discussão então foi amplamente debatida nos espaços de controle social que conselhos local, conselho distrital, bem como nos movimentos indígenas na época, Conselho Terena, Aty Guasu (Grande Assembleia), dentro das próprias comunidades já se começou a encorpar esse debate quando se deu processo de mudança com criação da SESAI (Secretaria de Saúde Indígena).

Em 2010 vem junto esse desejo de termos dentro da estrutura da SESAI, já um coordenador indígena no início houve uma grande resistência por conta que, por dez anos quem vinha fazendo a gestão era não indígena e havia um todo uma articulação política desses não indígenas da permanências deste na gestão da saúde indígena por outro lado a lideranças os movimentos indígenas, conselhos de saúde também já mas imponderados nesse período conhecedores dos seus direitos discutindo de igual pra igual com os não índio os direitos, bem como as articulações políticas que já começou a se fazer nesse período.

Iniciou então um grande movimento aqui nosso estado de Mato Grosso do Sul já objetivando esse desejo que tivéssemos um indígena coordenador da saúde indígena dentro da

SESAI então em 2011 e 2012 a um grande embate de mobilização mesmo de movimento inclusive com manifestação pública das lideranças dos Movimentos indígenas reivindicando esse espaço o resultado disso teve obviamente várias mobilizações a nível de polo bases, de algumas regiões na sede do distrito houve mobilizações que durou em torno de três semanas e resultado disso terminou culminando com nomeação do primeiro indígena pra assumir a gestão do DSEI (...) ocorreu em 2012, então foi processo longo de debate de articulação de formação de mobilização e ao final de tudo isso foi então; em torno de dez anos na verdade de todo esse processo acabou então em 2012 sendo nomeado o primeiro indígena coordenador do DSEI Mato Grosso do Sul, que foi indígena Hilário da Silva etnia Kadwéu que foi primeiro coordenador a assumir a gestão do DSEI do Estado do Mato Grosso do Sul.

Com a ocorrência muito dinâmica o Hilário venceu o tempo dele em seguida e nomeado um outro indígena terena que foi Lindomar Terena ficou por alguns dias meses que ficou coordenador foi o segundo coordenador indígena depois vem o terceiro pós Lindomar vem indígena também terena que foi Edmilson Canale que ficou por mas tempo na gestão e agora no ano de 2018 no final do mês junho de 2018 o Edmilson deixa a função de coordenador então e nomeado quarto indígena a frente da coordenação que é Fernando da Silva Souza que está a um ano a frente dessa pasta então isso para nós indígenas é importante porque nós entendemos que hoje temos indígenas capacitados para assumir qualquer função.

Qual seja na educação na saúde, gestão de território e legislativo, o índio hoje ele buscou formação conhece a dinâmica da sociedade externa a nossa indígena e se tratando de um coordenador de uma gestão indígena facilita também de conhecer esse mundo político da sociedade não indígena nos conhecemos e vivenciamos o mundo indígena sabemos pra nós e muito mas fácil dialoga fazer as tratativas sensibilizar com dor sofrimento do outro nós também vivemos isso e importante por isso que a dialogo se torna mas fácil além, disso é importante que é o indígena e o emponderamento da comunidade do indígena isso também é constitucional tem ser respeitado a organização social das comunidades indígenas sua cultura sua legislação sua especificidade enquanto povo então nada melhor em termos um indígena cuidando do seu povo do que uma pessoa estranha um não índio; se torna um pouco mas complexo.

Por outro lado é importante que seja analisado que este coordenador está a frente de uma gestão exige além da formação um perfil técnico temos que ter pessoas certas no lugar certos para que trabalho cresça melhor e que o maior beneficiário de tudo isso seja a população indígena.



A base que referência e consolida a saúde indígena e a consolidação do território, com a qualidade de vida, as políticas públicas voltadas para população indígena dentro de seu território, são consolidações do território indígena vinculada a seu próprio modo de vida de cada povo indígena, não a essa política pública dentro dos territórios que busque controle social que são entre eles a melhoria da saúde dentro do território a qualidade de vida da população indígena, o estado através dos municípios, estados federados não ajudam nas políticas públicas saúde, educação. Para primeiro e necessário demarcar o território.

### **Um pouco do que é a DSEI**

Após as decisões de criação do sistema para atendimento às comunidades indígenas foi necessária a criação de um departamento responsável pela tomada de decisões podendo assim atender através de pilares todas as especificidades locais.

Os dois pilares da gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena deveriam ser a autonomia dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) e o efetivo controle social com gestão participativa. A autonomia administrativa e financeira dos DSEIs foi a principal razão da luta pela criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena em substituição ao modelo autoritário e burocrático implementado até então pela Funasa. Esta autonomia não pode se resumir a meros procedimentos administrativos na realização de despesas, enquanto as decisões políticas ficam centralizadas nas instâncias centrais da Sesai em Brasília, mas deve promover a democratização da saúde e o fortalecimento do protagonismo e do poder de decisão dos povos indígenas em suas comunidades e regiões. (BRASIL, 2013, p.16)

Ainda segundo esse documento, O segmento dos prestadores de serviços, como regra, tem estado restrito nestas conferências quase exclusivamente aos servidores da SESAI e dos DSEIs, excluindo todas as entidades do movimento indígena que tiveram um papel determinante na criação do Subsistema de Saúde Indígena, e que prestam efetivos serviços de saúde, como apoio ao controle social, formação e educação e saúde, segurança alimentar, saúde do meio ambiente, e fortalecimento da Medicina Tradicional Indígena. Estes aspectos são componentes essenciais da Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena, mas muito pouco valorizados pela atual gestão da saúde indígena no país.

Podemos observar na imagem como se dá a organização dessa instituição e seu modelo de assistência para assim ter noção da indispensável função para os Kadwéu.



Figura 06 - Organização dos DSEIs.  
 Fonte: CIMI – A política de atenção à saúde indígena no Brasil. 2013.

### Comunidade, atendimento e reivindicações

Mesmo após os diversos avanços e vitórias conquistadas até os dias de hoje, relatamos como uma comunidade atuante que ainda há muito a se buscar e ser implantado para melhoria de vida indígena (Figuras 07, 08, 09 e 10).



Figura 07 - Comunidade dos Kadwéu.  
Fonte: SOUZA, 2019.



Figura 08 - Anciãs Kadwéu da Aldeia Tomázia.  
Fonte: SOUZA, 2019.



Figura 09 – Cacique da aldeia São João e Conselheira local da saúde.  
Fonte: SOUZA, 2019.



Figura 10 – Polo Base da Sesai em Bonito/MS e reivindicações dos indígenas. Fonte:  
SOUZA, 2019.



Figura 11 - Polo Base da Sesai em Bonito/MS e as futuras gerações de guerreiros e guerreiras. Fonte: SOUZA, 2019.

Se faz necessário também preparar as futuras gerações (Figura 11) para lutar por seus direitos e não aceitar qualquer tipo de manipulação que o afaste de sua cultura e tradição.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Mediante toda a temática proposta de estudo e conhecimento da comunidade e território Kadwéu, desde seu conceito histórico e de desenvolvimento, propor essa integração multicultural, levando em consideração toda etnografia dos indígenas, podemos destacar que nem sempre a realidade dessa etnia se deu de forma simples.

Pensar num povo guerreiro que não desiste mediante as adversidades e dificuldades é uma das principais funções desse trabalho, onde todos de forma unida não abaixam para os que querem impor suas regras e mandamentos.

Diante de todo abordado vemos que a integração do conhecimento indígena com o conhecimento da sociedade “branca” foi dificultosa, inicialmente assustava, pois os indígenas conhecem o poder de cura da natureza, durante séculos todas as intervenções de saúde foram feitas por seus integrantes sem necessitar de hospitais.

Com todo o avanço do mundo moderno, conhecer que as doenças também avançaram e se tornaram mais destrutivas, nos levou a buscar ajuda de governantes através de lutas e assim se deu o atendimento à saúde indígena.

Portanto consideramos que respeitar o próximo inclui aceitar as diferenças, aceitando que todos podemos viver em sociedade sem discriminar nem agir com preconceito, aceitando que as mudanças que ocorrem vêm para ampliar os horizontes entre a interação dos povos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABICHO, Jussara. **Entrevista II** [out. 2019]. Anciã Kadwéu. Entrevistador: L. M. S. Porto Murtinho/ Reserva Indígena Kadwéu/ Aldeia Barro Preto, 2019. Entrevista concedida para Pesquisa como requisito para o curso de Licenciatura em Geografia.

ALMEIDA, Maria R. C. de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 37, n° 75, 2017.

BARRIOS, Anelise B.; MENEZES, Cristiane P. de. O etnodesenvolvimento como forma de inserção do desenvolvimento sustentável junto aos povos indígenas brasileiros. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 19, n. 3962, 7 maio 2014.

BRASIL, Constituição Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 out 1988, p. 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em 25 set. 2018.

BRASIL. Decreto nº 89.578, de 24 de abril de 1984. **Homologa a demarcação da Reserva Indígena**, que menciona, ao Estado de Mato Grosso do Sul.

BRITO, Dielle Cris Perin de. **Percepção Ambiental da Comunidade Indígena Kadiwéu para as alterações do alto curso do rio Aquidaban, Bonito/Porto Murtinho, MS**. TCC (Graduação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Orientador: Prof. Dr. Sidney Kuerten – Jardim: [s.n], 2014. 106f.

Conselho Indigenista Missionário - CIMI. **A política de atenção à saúde indígena no Brasil: breve recuperação histórica sobre a assistência à saúde nas comunidades indígenas**. Orgs. ALTINI, Emíla. *et al.* CIMI. ed. Revisada. Out. 2013.

CLAVAL, P. A cultura ribeirinha na Amazônia: perspectivas geográficas sobre o papel de suas festas e festejos. In: KOZEL, S.; COSTA SILVA, J. da; FILIZOLA, R.; GIL FILHO, S. F. (Org.). **Expedição amazônica**. Desvendando espaço e representações dos festejos em comunidades amazônicas. 'A festa do boi-bumbá : um ato de fé'. Curitiba: SK Editora, 2009. p. 35-61.

CLAVAL, P. A geografia cultural no Brasil. In: BARTHE-DELOIZY, F., and SERPA, A., orgs. **Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia** [online]. Salvador: EDUFBA; **Edições L'Harmattan**, 2012, pp. 11-25. Disponível em: < <http://books.scielo.org/id/8pk8p/pdf/barthe-9788523212384-02.pdf>>. Acesso em 02 set. 2019.

DURAN, Maria R. da C. Leituras antropológicas sobre a arte Kadiwéu. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 24, p. 43-70, 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis/  
Superintendência do IBAMA em Mato Grosso do Sul/ Núcleo de Geoprocessamento.  
Disponível em <<http://www.ibama.gov.br/images/kadiweu.jpg>>.

MACIEL, José de Barros. **Memorial descritivo da medição de terras ocupadas pelos índios Cadwéus**. Cuiabá/MT, 23 de fevereiro de 1900.

MATOS, Maria Helena Ortolan. **Rumos do movimento indígena no Brasil contemporâneo: experiências exemplares no Vale do Javari**. Campinas, SP : [s. n.], 2006.

MINISTÉRIO DO INTERIOR/ FUNAI – Fundação Nacional do Índio/ Diretoria de Patrimônio Indígena. **Planta de demarcação da Reserva Indígena Kadiwéu**. 1983.

PEREIRA, Bárbara E. DIEGUES, Antonio C. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 22, p. 37-50, jul./dez. 2010. Editora UFPR.

PORTAL BONITO. **Tribos Indígenas**. Disponível em:  
<<http://www.portalbonito.com.br/cultura/tribos-indigenas>>. Acesso em 10 out 2019.

SALES, Luiza Ribeiro. **A Questão Indígena no Brasil e as Suas Políticas Públicas**. São Paulo. 2017.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**. Proteção Jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis.2005.

SILVA. Elizângela Cardoso de Araújo. **Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira**. Serv. Soc. Soc. no.133 São Paulo Sept./Dec. 2018.

SILVA, Giovani J. Os Kadiwéu e seus etnógrafos de além do Atlântico: história e antropologia nos séculos XIX e XX. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

SOUZA, Fernando da Silva. **Entrevista I** [set. 2019]. Coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena do Mato Grosso do Sul. Campo Grande/ MS, 2019. Entrevistador: L. M. S.. Entrevista concedida para Pesquisa como requisito para o curso de Licenciatura em Geografia.

SOUZA, Lourival M. **Imagens/Fotografias**. Câmera Fotográfica Sony. 2019.

VERDUM, Ricardo. **Etnodesenvolvimento: nova\velha utopia do indigenismo**.

Disponível em:

<[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2154/1/2006\\_Ricardo%20Verdum.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2154/1/2006_Ricardo%20Verdum.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2019.

SOUZA, Rafael B. Formas de pensar a sociedade: o conceito de habitus, campos e violência simbólica em Bourdieu. **Revista Ars Histórica**, nº 7, Jan./Jun., 2014, p. 139151.



VIRILIO, Paul. **Velocidade e política**. Trad de Celso M. Paciornik, São Paulo, Estação Liberdade, 1996.